



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Secretaria-Geral**

**Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC**  
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7631  
secretaria.cetic@ufabc.edu.br

## **Sinopse da V sessão de 2018 do CETIC**

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes na pauta da V sessão de 2018 do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC), realizada em 15 de agosto de 2018 às 14:00 horas na sala 312-1 - Câmpus Santo André - Bloco A - Torre 1 - 3º andar.

### **Presentes:**

Presidente: Wagner Alves Carvalho  
Coordenador Geral do NTI: Paulo Victor F da Silva  
Representantes do CECS: Jeverson Teodoro / Mario Minami  
Representantes do CMCC: Gustavo Pavani  
Representante da ProPG: João Paulo Góis  
Representante da ProEC: Leonardo Steil  
Representante da ProPlaDI: Mônica Schroder  
Representantes da ProPes: Rodrigo Cunha  
Representantes TA's: Bruna Cunha de Carvalho/Lucas Trombetta  
Administrador do CETIC: Rafael Rondina

### **Convidados:**

Cristiano Novais  
Carlos Spinetti Moda

### **Pauta:**

- Informes GT POSIC
- Associação da UFABC ao AWS (Amazon Web Service) Educate
- Apresentação do fluxo administrativo para reuniões CETIC
- Fluxo para solicitação de inclusão/alteração do PDTI

Prof. Wagner inicia a reunião comunicando a solicitação de inversão de pauta do primeiro item para o último item de pauta. Bruna esclarece que não serão somente informes, que serão apresentados os resultados do GT.

Professor Wagner recorda sobre a questão de seguranças nos laboratórios, discutida na reunião anterior e diz que realizou contato com a professora Tatiana da ProAP e solicitou um levantamento das questões relacionada com segurança nos laboratórios. Como retorno, ela informou que realizou o levantamento e passou as informações para a professora Paula Tiba que irá trazer o relato ao CETIC.

Paulo Victor solicita a retirada de pauta do assunto da AWS e inclusão para a pauta da próxima reunião, pois ficou de elaborar uma apresentação sobre quais os níveis de privacidade do AWS, mas infelizmente não houve tempo hábil para realizar esse estudo.

#### Apresentação do novo fluxo administrativo para as reuniões do CETIC

Professor Wagner informa que foi uma sugestão da Secretaria-Geral em virtude da experiência na condução de reuniões de Comissões/Comitês.

A Secretaria-Geral sugere uma data limite para inclusão de itens em pauta para facilitar as discussões e evitando que os membros não tenham tempo suficiente para analisar os documentos. Para envio da pauta sugere-se o prazo de dois dias de antecedência.

E a inclusão de calendário de reuniões no site do CETIC.

Paulo Victor indica que com a discussão da Resolução Posic é possível que ocorram reuniões temáticas que alterariam esta proposta de calendário, mas como um fluxo inicial é interessante.

Professor Wagner encaminha para votação. Aprovado por unanimidade.

#### Apresentação Fluxo para solicitação de inclusão / alteração do PDTI.

Rafael relata que em reunião com o GT que elaborou o PDTI levantou-se a questão de que o projeto com inclusões ou alterações é aprovado no CETIC, mas as informações não são repassada ao GT que é responsável pelo monitoramento. Assim, traz a proposta de um fluxo, pois atualmente as áreas solicitam a inclusão/alteração no PDTI diretamente ao CETIC, mas sem um roteiro específico, alguns trazem várias informações outros apresentam de maneira sucinta o que atrapalha no monitoramento das alterações aprovadas pelo Comitê.

No fluxo proposto, quando uma área solicitasse alteração no PDTI, seria primeiramente avaliada pelo GT. Esclarecendo que não se trata de análise de mérito, isto é atribuição do CETIC.

Paulo Victor aponta que isso auxiliaria na qualidade dos projetos apresentados, pois a avaliação identificaria problemas e solicitaria alterações antes de apresentação no CETIC.

Professor Wagner questiona se este GT tem poder deliberativo para solicitar alterações ao demandante.

Rafael esclarece que o GT não irá aprovar ou negar nenhum projeto, somente avaliar se é pertinente a TI e solicitar alterações quando necessário para que o projeto fique no formato adequado.

Professor Gustavo Pavani diz que este trabalho é tarefa da Propladi e não tarefa do GT PDTI, pois todas as inclusões são realizadas com planejamento.

Rafael diz que esta não é uma demanda da Propladi, destacando que não foi formalizado o fluxo para o pedido de alterações/inclusões ao PDTI, cita ainda que por orientação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), é

necessário que a instituição tenha um grupo para monitoramento ao PDTI e atualmente este trabalho é realizado informalmente pelo próprio GT.

Bruna diz que dúvida dela é esta, pois entende que o GT é temporário.

Rafael confirma que diz que falta a criação de uma Comissão de Monitoramento para o PDTI.

Professor Gustavo diz que ainda considera isso como uma atividade da Propladi, recordando que todas as demandas, com exceção das demandas do NTI são encaminhadas a esta Pró-Reitoria.

Rafael esclarece que as demandas são encaminhadas à ele como administrador do CETIC e não à Propladi.

Professora Mônica ratifica e diz que por não haver um fluxo definido as demandas são encaminhadas para o Rafael, e que verificou-se nesse momento a necessidade da implantação desse fluxo, pois as áreas ainda ficam confusas quanto ao encaminhamento.

Rafael diz que a ideia é que o próprio GT se tornasse essa Comissão de Monitoramento, mas é necessário aprovação pelo CETIC para oficializar. Esclarecendo que pelos manuais de orientações do SISP para elaboração do PDTI essa etapa que é relativamente nova e não fazia parte de manuais anteriores.

Desta forma, professor Wagner diz que para a oficialização dessa Comissão de Monitoramento é necessária a aprovação através de uma Portaria emitida pelo CETIC, e questiona se este fluxo poderia ser avaliada neste momento antes da criação da Comissão.

Professor Leonardo questiona se essa comissão seria assessora do CETIC.

Rafael confirma e diz que o CETIC faria a indicação dos membros da Comissão de Monitoramento.

Lucas cita que deve ser considerado no fluxo à previsão da inclusão do assunto na pauta do CETIC, pois se recorda que no PDTI havia a recomendação de inclusões temporais, evitando-se que em cada reunião do CETIC, houvesse a inclusão de pauta urgente para alteração.

Professor Gustavo diz que entende que o CETIC é um órgão estratégico e não trata diretamente de questões executiva de fluxo. Concorda que deve haver um fluxo, mas não considera que a definição desse fluxo seja atribuição deste Comitê.

Rafael concorda, citando que com a Comissão de Monitoramento auxiliará nesse trabalho. Diz ainda, que o trabalho de monitoramento auxiliará a elaboração de relatório para verificação do andamento dos projetos do PDTI com a inclusão de apresentações ao CETIC.

Paulo Victor ressalta que entende a motivação da criação do fluxo, mas considerando a fala do professor Gustavo acredita que isto pode ser definido pela Comissão de Monitoramento ou por alguma outra área, citando como exemplo a Reitoria, NTI ou a ProPlADI. Diz que isso deve acontecer, mas não vê a necessidade de ser realizado pelo CETIC.

Professor Wagner considera que o CETIC entende a necessidade da instituição da Comissão de Monitoramento e esta realizaria um filtro das solicitações antes de incluir como pauta no CETIC, e a dúvida são se esse tipo de análise pode ser realizado pela Comissão.

Rafael diz que a proposta que trouxe não tem esses apontamentos, a Comissão de Monitoramento não julgaria mérito apenas analisaria o formato que a solicitação foi apresentada está de acordo com as orientações.

Professor Wagner concorda. Indicando que a comissão teria membros da ProPlADI e do NTI que atuariam juntos para realizar essa análise.

Bruna diz que concorda com o professor Gustavo, que o CETIC discutiria a composição da Comissão de Monitoramento, mas que o fluxo de trabalho realizado pela Comissão deveria ser discutido internamente. Sugere que o GT PDTI que ainda estão se reunindo formulem uma proposta de Portaria para a instituição da Comissão e apresente ao Comitê e neste momento haverá discussão da forma como irão trabalhar e sua composição.

Professor Wagner concorda com o encaminhamento para inclusão na pauta da próxima reunião.

Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade.

### GT Posic

Bruna cita que convidaram o Carlos Spinetti Moda, do NTI para participar da apresentação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), porque ele integra a discussão.

Cristiano Noronha, secretário do GT se apresenta e inicia o relato citando que acompanha todo o desenvolvimento dos trabalhos que iniciou-se em março de 2017 e conclui-se em maio de 2018. E faz um breve relato do que se trata a POSIC para novos membros do CETIC, destacando que é um documento que deve ser aprovado pelo dirigente máximo da entidade pública e que fornece diretrizes para implementação da segurança da informação dentro do órgão. É um documento estratégico que visa proteger os ativos de informação, que são os meios de armazenamento, transmissão, processamento, sistema de informação bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas a que eles tem acesso. Não se tratando somente de TI, trata de pessoas e ambientes (Data Center). Atualmente temos como política de segurança a Portaria da Reitoria nº 252, de 30 de abril de 2013 e a Resolução ConsUni nº 12 .

Recorda que em 2016, como membro do CETIC apresentou o projeto de criação do GT POSIC, com a ideia de atualização da política de segurança de 2013, prevendo-se conclusão dos trabalhos para início de 2016, pois a política anterior determina que o documento seja atualizado periodicamente não ultrapassando o período de 3 anos. No momento houve a sugestão de revogação da Resolução ConsUni nº 12, por considerar o documento obsoleto substituindo o documento por normas que complementariam a POSIC.

Inicia a apresentação do relatório do GT citando a estrutura básica que foi dividida em três níveis: o primeiro é um documento estratégico que contém as diretrizes gerais da política principal de segurança. O segundo nível são documentos que tratam das normas que complementam a Política de Segurança da Informação. E o terceiro nível trata-se de procedimento de ação e orientação técnica. Relata que os trabalhos do GT foram divididos em duas fases.

Na primeira fase focou-se na atualização do documento principal de diretrizes básicas que levou 6 meses e posteriormente foi solicitada prorrogação para a segunda fase na qual houve a elaboração das normas complementares.

Na primeira fase o trabalho foi dividido em 12 eixos: competência e disponibilidade, tratamento de incidentes de segurança, gestão de riscos e vulnerabilidades, auditoria conformidade, aquisição e desenvolvimento de sistema, controle de acesso físico ou lógico, uso de e-mail, acesso a internet e rede wi-fi, gestão da continuidade dos negócios, tratamento das informações, uso de recursos corporativos e pessoais e redes sociais. Tudo isso como diretrizes básicas. Nesta primeira fase ocorreram 13 reuniões e duas consultas externas.

A principal atividade do GT na primeira fase: foi pesquisa de normas em outras universidades, pesquisas de guias de boas práticas do Tribunal de Contas da União, pesquisas com material do SISP, em normas complementares no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), análise crítica dos documentos produzidos na UFABC; e a revisão de regras e diretrizes propostas pela Comissão Consultiva.

Principais atividades desenvolvidas pela Comissão Consultiva: foi à participação em consultas técnicas e rodas de conversas para debates de pontos técnicos e avaliação técnica e validação das mudanças decorrentes da aplicação das normas; elaboração de minutas pertinentes a sua área de atuação.

A fonte de conhecimento para a elaboração da Posic partiu do diagnóstico da situação atual, da análise crítica da política anterior e de legislação específica. Para dar início ao diagnóstico informa que realizou pesquisa entre 2014 e 2015 sobre controles gerais da segurança da informação e relata o resultado da pesquisa. Os referenciais normativos utilizados foram do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), que faz parte do GSI; do SISP que apresenta questões e regras dos padrões de boas práticas da Segurança da Informação, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), destacando que todos se baseiam nas normas ISO 27001 e ISO27002. Cita um dos normativos do TCU o acórdão em atenção a Lei 10 168/13 *“orienta os órgãos e entidades sobre sua jurisdição que a implantação dos controles gerais de segurança da informação positivados nas normas do GSI não é facultada, mas obrigação da alta administração e sua não implantação sem justificativa é passível de sanção prevista em lei.”* Esclarece que algumas pessoas têm dúvidas se esse normativo do GSI é obrigatório ou não para as instituições públicas, mas em consulta a Procuradoria da UFABC foram informados que sim. Na segunda fase houve 7 reuniões e várias rodas de conversa e nesta fase foram produzidas seis minutas de normas temática para os recursos de TI, foi produzida uma minuta de atualização para o uso seguro de e-mail a anterior é de novembro de 2016 e o desenvolvimento de um quadro com as funções da segurança da informação de forma detalhada e o relatório do GT. Informa que esses dois últimos documentos, ainda serão encaminhados ao Lucas da Silva Taschetto presidente do GT.

Após apresentação professor Wagner abre para discussão.

Lucas diz que esse foi um trabalho realizado por um ano e recorda que apresentou parte do projeto em uma reunião no final de 2017 e foi na apresentação veio a sugestão que se postergar-se a entrega do relatório, para que verificasse como de fato suprir todas as questões identificadas na análise da Resolução ConsUni nº 12 acredita que por se tratar de documentos muito extensos e que foram divulgados a pouco tempo que talvez não houve tempo para uma análise detalhada pelos membros.

Bruna reforça que seria interessante definir como será debatido o assunto dentro do CETIC, sugere que a discussão seja realizada de documento por documento, pois há vários apontamentos que serão necessários.

Professor Wagner questiona se a ideia é escalonar o assunto para outras reuniões.

Bruna e Lucas confirmam.

Professor Gustavo questiona porque todos os documentos apresentados são caracterizados como portarias da Reitoria, se há algum motivo para isso.

Cristiano esclarece que a POSIC deve ser uma portaria da Reitoria, mas para os demais documentos não há essa necessidade.



Professor Wagner concorda que o CETIC tem poder deliberativo para estabelecer a aprovação destas normas.

Professor Gustavo diz que revogando a Portaria de 2013 e a Resolução ConsUni nº 12, não haverá nenhuma outra norma conflitante e o CETIC poderia aprovar como uma Resolução.

Professor Jeverson reforça que é necessário que antes de revogar algum outro normativo a POSIC já esteja publicada.

Professor João Paulo diz que seria interessante primeiro definir como será realizada a discussão e se o início da discussão será nesta reunião.

Professor Gustavo diz que irá fazer uma sugestão de encaminhamento, mas antes diz que verificou divergência na minuta referente às competências da CSIC. Para quem teve acesso aos documentos verifica-se que a POSIC coloca muitas definições, basicamente a preocupação é com o seguinte aspecto você tem um gestor de segurança e um comitê de segurança e isso basicamente se institui na hora que você aprova a POSIC, só que na proposta sugere-se que o gestor de segurança seja designado pelo presidente do ConsUni ou CETIC, acredita que poderia ser um servidor de NTI, já que trata-se de uma nomeação executiva. A segunda observação é que o Comitê de Segurança é composto por membros indicados no ConsUni/CETIC isso é um problema pois estamos delegando as normas de TI para um outro grupo que não é o CETIC, já que o Comitê irá elaborar e revisar as políticas internas da segurança da informação e como encaminhamento sugere que seja já definido quem seria o gestor de segurança e que o CSIC seja um grupo de trabalho permanente que encaminha as normas para aprovação no CETIC. Diz ainda que ao ler a POSIC não transparece as normas são para as áreas meio e isso deixa muito aberto para especulação uma vez que a pessoas só podem fazer o que é expressamente permitido e isso para o docente é um caos. Para isto sugere que as normas propostas sejam revistas e acredita que um grupo de trabalho permanente para o CETIC seria o ideal.

Cristiano levanta como dúvida sobre a CSIC, se ela for criada como sugeriu o Professor Gustavo se vai ser discutida a criação de uma Divisão de Segurança da Informação que é importante, independente do CSIC que é uma comissão estratégica a Divisão de Segurança seria a área executiva e tem outras funções que serão compartilhadas.

Professor João Paulo diz que entende a preocupação do Gustavo, mas agora que os documentos estão prontos, o GT demandou mais de um ano para preparar esses documentos. Acredita que nesse momento o encaminhamento seria adiar a discussão para que todos tivessem tempo hábil para analisar toda a documentação e que os comentários sejam realizados de forma online para revisão e na próxima reunião discute-se o documento, talvez separando parte das reuniões para isso. Diz que também levantou várias dúvidas, uma delas sobre a questão da fiscalização, pois acredita que isso deveria ser realizado pela auditoria da Universidade, não considera que isso deva ser realizado pelo CETIC.

Paulo Victor destaca que parte desse controle já são realizados pela Auditoria da UFABC.

Professor João Paulo ressalta a importância disto estar documentado, citando que em auditorias na ProPG vários questionamentos realizados são referentes a questões de TI e por isso é importante pensar como a gente une esse atendimentos dos setores. Entende que já se passou um ano em discussão, mas acredita que se discutirem o documento com calma o documento chega à comunidade de forma mais clara.

Bruna reforça a ideia do professor João Góis sobre a necessidade de um tempo a mais para uma melhor análise até mesmo para analisar o relatório final do GT que ainda não

foi encaminhado, pois são vários documentos para serem discutidos. Sobre a questão da Divisão de Segurança diz que trata-se de uma discussão interna do NTI é o organograma do NTI e não cabe ao CETIC, mas diz que já questionou o Paulo Victor sobre a nomeação de todas essas instâncias que são citadas na POSIC, pois após ler todos os documentos não faz sentido divulgar uma política se há instâncias que não foram nomeadas ou não vão ser e o texto tem que ser revisto para se adequar ao que o NTI pode oferecer.

Professor Gustavo pede para esclarecer sua fala, pois acha que foi mal interpretado, sua sugestão é justamente de analisar calmamente e acredita que a POSIC possa ser discutida no CETIC, mas as normas complementares devem ser devolvidas à CSIC, mas esse grupo não aprova as normas analisa e devolve para aprovação do CETIC.

Lucas uma das partes mais importante de todo esse processo a primeira parte da norma já foi apreciada pelo CETIC e a decisão foi que o prazo fosse prorrogado para a elaboração das demais normas, mas nunca tocou-se no assunto da criação de estâncias esse mérito foi postergado sendo colocado para análise somente neste momento. Entende a sugestão do professor Gustavo sugerindo a criação da CSIC para auxiliar na análise das normas, mas por outro lado apesar da proposta ter sido desenvolvida de acordo com algumas normas do GSI estamos em um ambiente educacional e de pesquisa, por isso foi entregue para que todos analisem os textos de uma forma geral e apesar de todo o trabalho desenvolvido pelo GT há pontos que serão discutidos aqui que poderão alterar todo o texto.

Professor Wagner questiona se o encaminhamento deve ser o de realizar a discussão da POSIC no CETIC na próxima reunião e na reunião avaliar as preposições da criação de subgrupos.

Paulo Victor concorda destacando que na própria minuta da POSIC serão encontradas demandas a CSIC e neste momento será necessário definir como será instituído se como um subgrupo do CETIC ou não.

Cristiano esclarece que o CSIC é uma recomendação dos normativos citados anteriormente e a recomendação é que seja composto por especialistas das áreas de recursos humanos, direito digital, segurança física e acredita que no CETIC não tenham todos esses especialistas, por isso e concorda com a ideia da criação de um subgrupo, mas discorda de que apenas a POSIC deva ser discutida no CETIC, uma vez que as normas foram construídas ao longo desse período já pensando nas questões privativas ou não e o que sugere que o GT que elaborou as minutas prestem esclarecimentos ao CETIC acerca das dúvidas que apareçam durante a análise, sendo que até o próprio relatório final do GT pode ser usado como embasamento para o estudo de cada norma, considerando que será um retrabalho se o documento for analisado inicialmente por subgrupo.

Paulo Victor esclarece que quando sugeriu a formação de um subgrupo pensou em incluir os membros do GT juntamente com membros do CETIC, justamente para elaborar essas normas e trazer ao CETIC somente os pontos de destaques.

Professor Leonardo concorda com a fala do Pavani sobre a realização do que for expressamente permitido uma vez que como instituição federal, estamos sujeitos às normas e regras do Governo Federal assim como as demais instituições ligadas. Entende que se nas normativas há proibições é necessário segui-las, mas as universidades são diferentes pois tem autonomia universitária, e sobre aquilo que não houver regulamentação as universidades tem a possibilidade de regulamentar e permitir ou não o que achar necessário. É um caminho diferente não ficamos restritos ao que é expressamente permitido ficamos restritos ao que é estritamente proibido, apesar de que

ainda termos a possibilidade de argumentar e deixarmos claro qual é o aspecto que vamos infringir na normativa com uma justificativa expressa com relação a ensino, pesquisa ou extensão. Destaca que não acompanhou o início da discussão sobre a preparação dos documentos, mas documentos que são aplicados para setores não universidade podem ser um pouco diferente do que é direcionado para universidade e às vezes só um detalhe de modificação possibilita que muita coisa possa ser executada.

Bruna ressalta que é papel do CETIC deliberar, pois há muitas questões técnicas e termos técnicos, mas é uma política que vai impactar na para toda a comunidade, assim as atividades fins estão todas aqui representadas: ensino, pesquisa e extensão e analisando inicialmente as normas são bem restritivas e devem ser analisadas pensando na dinâmica da universidade já que se tem a autonomia universitária. Discorda do Cristiano no sentido de que será feito o trabalho do GT e concorda que este pode ser consultado, mas agora cabe ao CETIC qual será o encaminhamento para as deliberações analisando sobre o impacto que terá para a comunidade.

Professor Gustavo alerta que para quem está acompanhando as discussões neste momento, pode parecer uma pressa de implementar isso, mas estamos falando de coisas que estão sendo discutidas há vários anos e propõe que como o documento tem sete normas complementares e a POSIC sugere focar na POSIC e as demais normas encaminhar para a CSIC verificar mais detalhadamente e o que não se enquadrar à Universidade poderá ser feito e apresentado ao CETIC.

Professor Wagner destaca que a proposta da Bruna foi que uma vez que as propostas de minutas já foram elaboradas essa discussão seja realizada no âmbito do CETIC.

Bruna concorda. Reforçando que o GT concluiu os trabalhos e podem ser consultados, mas quem deve discutir é o CETIC.

Professor Wagner questiona se o encaminhamento seria discutir a POSIC no CETIC, após o encaminhamento do relatório do GT e com tempo hábil para que todos analisem os documentos. Iniciando-se a discussão na próxima reunião.

Cristiano diz que o GT trabalhou por um ano e meio e concorda com a fala do professor Leonardo, pois o GT tem uma visão mais técnica, e a colocação do professor não foi pensada pelo GT e considera que talvez como a sugestão da Bruna que se o documento for tratado pelo CETIC à colaboração será diferente da proposta pelo GT.

Professor João Paulo Gois diz que do ponto de vista prático tentou imaginar o que a criação da CSIC traria de novo para as propostas que foram apresentadas, sendo que são oito minutas o que gera um grande volume de trabalho e acredita que seja necessária uma melhor análise nos documentos e se após essa primeira análise definirem se será necessário encaminhar para um outro grupo, mas inicialmente o GT merece que seja realizado esse estudo nas propostas apresentadas.

Professor Wagner questiona se é possível que a discussão da POSIC seja realizada na próxima reunião e com esse prazo também para a próxima reunião que os membros assumam um compromisso de leitura de todas as minutas de tal maneira que inclusive em função da discussão da POSIC se possa chegar à conclusão da necessidade ou não de se criar uma nova comissão ou se o próprio CETIC pode se incumbir disso.

Lucas diz que como todos os documentos estão compartilhados se dispões como presidente do GT em esclarecer dúvidas, não sendo necessário aguardar a próxima reunião para iniciar a análise dos documentos.

Professor Wagner recorda que isso já havia sido comunicado anteriormente, não se resume em iniciar uma discussão na próxima reunião do CETIC, uma vez que o documento já pode ser acessado e inclusive colado questões para essa discussão já se



iniciar. Lucas concorda dizendo que algumas dúvidas podem ser sanadas antes o que auxiliaria na aceleração do processo.

Professor Gustavo orienta que consultem a Resolução ConsUni nº 187, antes da leitura da minuta da POSIC, pois de acordo com a Resolução o CETIC não tem autonomia para criar a CSIC, somente se fosse através de um grupo de trabalho.

Decide-se iniciar a discussão na próxima reunião.

Reunião é encerrada às 16:40.